

São Paulo, 27 de abril de 2015.

À

SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP

Rua Líbero Badaró, 425 – Conjunto 183
São Paulo – SP

Ref.:	RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.
-------	---

Prezados Senhores:

Como resultado de nossos serviços de Auditoria de suas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014 apresentamos-lhes as seguintes Demonstrações por nós elaboradas com base nas que nos foram submetidas para exame, bem como as Notas Explicativas correspondentes:

- Anexo nº 1 – Balanço Patrimonial;
- Anexo nº 2 – Demonstração do Resultado do Exercício;
- Anexo nº 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Anexo nº 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Anexo nº 5 – Notas Explicativas.

Apresentamos também o nosso Relatório, referente a essas Demonstrações.

Este Relatório foi precedido da 2ª. Versão de Minuta para discussão datada de 7 de abril do corrente ano.

Ao seu inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos

Atenciosamente



SANDRA R. N. PIZZO SABATHÉ
Contadora CRC 1SP195651/O-4

ALONSO, BARRETTO & CIA. – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013232/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À

Diretoria do

SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP

Examinamos as Demonstrações Contábeis do SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração do SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e às Pequenas e Médias Empresas, descrita na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Contábeis, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa Auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo Auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do Auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o Auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de Auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e às Pequenas e Médias Empresas.

Outros assuntos

Demonstrações Contábeis Comparativas

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins comparativos, foram Auditadas por outros Auditores Independentes que emitiram Relatório sem Ressalva, datado de 16 de abril de 2014.

São Paulo, 17 de março de 2015.



SANDRA R. N. PIZZO SABATHÉ
Contadora CRC 1SP195651/O-4

ALONSO, BARRETTO & CIA. – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013232/O-3

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
 FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
 CNPJ Nº 69.283.182/0001-51**

**BALANÇO PATRIMONIAL
 ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
 (Em Reais)**

ATIVO	Nota Explicativa nº	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	837.312,93	662.700,94
Créditos a Receber		1.659,65	6.728,49
Total do Circulante		838.972,58	669.429,43
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado Líquido		697.824,98	737.932,91
Intangível Líquido		817,04	1.516,16
Total do Não Circulante	Nota 4	698.642,02	739.449,07
TOTAL DO ATIVO		1.537.614,60	1.408.878,50

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
FACTORIZING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
CNPJ Nº 69.283.182/0001-51**

**BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em Reais)**

PASSIVO	Nota Explicativa nº	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contr. a Recolher		13.654,64	14.753,64
Contas a Pagar		78.605,42	80.156,44
Férias e 13º Salário a Pagar		6.226,82	22.814,84
Total do Circulante		98.486,88	117.724,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit Acumulado		1.293.029,54	1.098.915,64
Superávit do Exercício		146.098,18	192.237,94
Total do Patrimônio Líquido	Nota 5	1.439.127,72	1.291.153,58
TOTAL DO PASSIVO		1.537.614,60	1.408.878,50

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
 FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
 CNPJ Nº 69.283.182/0001-51**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
 (Em Reais)**

	Nota Explicativa nº	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuição Sindical		1.639.766,33	1.733.201,36
Contribuição Assistencial		474.206,25	610.585,27
Contribuição Associativa		364.244,05	28.350,00
(-) Deduções s/ Receitas Operacionais		(741.612,87)	(802.563,38)
Outras Receitas		53.273,02	69.492,94
Financeiras		126.942,03	48.424,41
Total das Receitas Operacionais	Nota 6	1.916.818,81	1.687.490,60
DESPESAS OPERACIONAIS			
Salário e Remunerações		(295.514,67)	(279.245,40)
Encargos Sociais		(101.556,76)	(84.633,78)
Depreciações e Amortizações		(43.537,05)	(43.651,81)
Administrativas	Nota 7	(1.307.704,32)	(1.070.459,96)
Financeiras		(18.703,00)	(13.278,93)
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.704,83)	(3.982,78)
Total das Despesas Operacionais		(1.770.720,63)	(1.495.252,66)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		146.098,18	192.237,94

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
 FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
 CNPJ Nº 69.283.182/0001-51**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
 (Em Reais)**

Descrição	Nota Explicativa Nº	Superávit Acumulado R\$	Superávit do Exercício R\$	Total R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.028.711,45	70.204,19	1.098.915,64
Transferência do Superávit 2012		70.204,19	(70.204,19)	-
Superávit do Exercício de 2013		-	192.237,94	192.237,94
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.098.915,64	192.237,94	1.291.153,58
Transferência do Superávit 2013		192.237,94	(192.237,94)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		1.875,96	-	1.875,96
Superávit Exercício 2014		-	146.098,18	146.098,18
Saldos em 31 de dezembro de 2014	Nota 5	1.293.029,54	146.098,18	1.439.127,72

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
 sendo assim parte integrante das mesmas.

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
 FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
 CNPJ Nº 69.283.182/0001-51**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
 (Em Reais)**

	31/12/2014	31/12/2013
	R\$	R\$
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	146.098,18	192.237,94
Ajustes por:		
Exercícios Anteriores	1.875,96	-
Depreciação e amortização	43.537,05	43.651,81
	<u>45.413,01</u>	<u>43.651,81</u>
<i>Variações nos ativos e passivos circulantes</i>		
Variações no Ativo Circulante	5.068,84	(4.034,19)
Variações no Passivo Circulante	<u>(19.238,04)</u>	<u>(30.871,86)</u>
Aumento em Obrigações Trabalhistas	(16.588,02)	11.847,76
Variação em Imp/Taxas/Obrigações	(1.099,00)	2.166,12
Variação em Outras Contas a Pagar	(1.551,02)	(44.885,74)
<i>Variações no Ativo Não Circulante</i>	-	-
<i>Variações no Passivo Não Circulante</i>	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	177.341,99	200.983,70
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(2.730,00)	(11.056,00)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades investimentos	(2.730,00)	(11.056,00)
Aumento (Diminuição) de Caixa (Disponível)	174.611,99	189.927,70
Saldo no início do exercício	662.700,94	472.773,24
Saldo no final do exercício	<u>837.312,93</u>	<u>662.700,94</u>
Aumento (Diminuição) de Caixa (Disponível)	174.611,99	189.927,70

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
 sendo assim parte integrante das mesmas.

**SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL –
FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINFAC-SP
CNPJ Nº 69.283.182/0001-51
(Em Reais)**

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

O SINFAC-SP – Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, considerada entidade isenta, tem como objetivos principais o estudo, coordenação, proteção e representação da categoria, nos termos das disposições legais e constitucionais sobre a matéria e colaborar com os poderes públicos e demais associações de classe no sentido da solidariedade social e sua subordinação aos interesses nacionais.

O SINFAC-SP representa a categoria econômica de Fomento Mercantil – Factoring, independente do porte da empresa e sua base territorial abrange todo o Estado de São Paulo. A partir de julho de 2014 foi incluída na representação a categoria de Securitização de Créditos, mantendo a mesma base territorial. O processo encontra-se em fase de aprovação pelo Ministério do Trabalho.

Constitui patrimônio do Sindicato:

- I. A contribuição Sindical, na forma prevista em Lei;
- II. A contribuição confederativa, anualmente instituída por assembleia Geral que fixará seu montante e sua destinação, conforme previsto no artigo 8, inciso IV, da Constituição Federal, devida pelas integrantes da categoria;
- III. A contribuição assistencial, anualmente instituída por assembleia Geral, fixará seu montante e sua destinação, submetendo à negociação em Convenção e/ou Acordo Coletivo de Trabalho, devida pelas integrantes da categoria;
- IV. A contribuição associativa, aprovada pela Assembleia Geral e devida pelas associadas;
- V. As doações e legados;
- VI. Os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;
- VII. Multas e outras rendas eventuais ou decorrentes do exercício de todas e quaisquer atividades, inclusive de caráter econômico-financeiro e cultural, respeitadas as normas constitucionais e legais; e
- VIII. Os valores arrecadados através da prestação de serviços e outras atividades desenvolvidas diretamente ou em parceria com terceiros, respeitadas as normas constitucionais e legais vigentes.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 – Bases de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas nos aspectos não abordados na interpretação e foram preparadas considerando o custo original como base de valor.

A preparação de Demonstrações Contábeis em conformidade com a ITG 2002 e a NBC TG 1000 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis adotadas. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

A Entidade avalia periodicamente o efeito do procedimento de Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos e, nas Demonstrações Contábeis de 2014, não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.2 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o Caixa, os Depósitos Bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 – Ativo Imobilizado

Os itens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo seu custo histórico de aquisição deduzido da depreciação. A depreciação de itens sujeitos ao desgaste pelo uso é calculada pelo método linear.

Não há indicação de perda de recuperabilidade do imóvel da Entidade. Na documentação do imóvel está considerado o terreno e a construção, sendo impossível o desmembramento.

2.4 – Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

2.5 – Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis em função de seus prazos de vencimentos ocorrerem no período de até um ano da data de emissão do Balanço, como Passivo Circulante.

2.6 – Repasses sobre contribuições

Os repasses sobre contribuições são obrigações a pagar, sendo classificáveis como Passivo Circulante em função de seus prazos de vencimentos ocorrerem no período de até um ano da data de emissão do Balanço.

2.7 – Férias e Décimo Terceiro Salário a Pagar

As férias a pagar e décimo terceiro salário a pagar são provisionados mensalmente com base na remuneração mensal dos colaboradores, assim como seus respectivos encargos.

2.8 – Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas da Entidade são reconhecidas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios futuros fluirão para a Entidade e no caso das Receitas de Contribuições Sindical, Assistencial e Associativa, conforme efetivação dos recursos. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Eventuais perdas com a realização dos créditos são consideradas sempre que a administração observa riscos no recebimento de valores.

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	43.555,61	69.771,85
Aplicações Financeiras Curto Prazo	<u>793.757,32</u>	<u>592.929,09</u>
	837.312,93	662.700,94

Os valores de aplicações financeiras correspondem a depósitos a prazo referentes a certificados da Caixa Econômica Federal, remunerados a taxas normais de mercado com prazos de vencimento mensais renovados automaticamente.

4 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do Ativo não Circulante, composto pelos Ativos Imobilizado e Intangível Líquidos em 31 de dezembro de 2014 está composto conforme demonstrado a seguir:

IMOBILIZADO	Taxas Médias de Deprec./ Amort.	31/12/2013	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2014
Descrição	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Imóveis	4	667.847,55	751.598,54	(113.814,95)	637.783,59
Móveis e Utensílios	10	38.631,19	59.703,77	(26.555,28)	33.148,49
Computadores e Periféricos	20	9.039,65	25.009,80	(19.266,16)	5.743,64
Máquinas e Equipamentos	20	19.649,02	26.381,00	(7.065,80)	19.315,20
Equipamentos de Telefonia	10	2.765,50	4.656,95	(2.822,89)	1.834,06
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	6.494,00	(6.494,00)	-
		737.932,91	873.844,06	(176.019,08)	697.824,98

INTANGÍVEL	Taxas Médias de Amort.	31/12/2013	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2014
Descrição	%	R\$	R\$	R\$	R\$
Software	14	1.516,16	4.881,88	(4.064,84)	817,04
		1.516,16	4.881,88	(4.064,84)	817,04
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		739.449,07	878.725,94	(180.083,92)	698.642,02

5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio inicial da Entidade acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes, apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício é incorporado ao Patrimônio Social.

A Administração da Entidade destina o montante do Patrimônio Social para realizar ações que produzam benefícios para seus associados.

6 – RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/2014	31/12/2013
	R\$	R\$
Receitas Estatutárias		
Contribuição Sindical	1.639.766,33	1.733.201,36
Contribuição Assistencial	474.206,25	610.585,27
Contribuição Associativa	364.244,05	28.350,00
Total Receitas Estatutárias	2.478.216,63	2.372.136,63
(-) Repasses		
Fecomercio - Repasse Sindical	(244.655,15)	(253.040,27)
Confed. Comércio - Repasse Sindical	(81.551,69)	(84.344,49)
Governo Federal - Repasse Sindical	(326.206,97)	(337.391,55)
Fecomercio - Repasse Assistencial	(89.199,06)	(127.787,07)
Total Repasses	(741.612,87)	(802.563,38)
Total Receitas Estatutárias Líquidas	1.736.603,76	1.569.573,25
Outras Receitas		
Eventos	17.500,00	49.300,00
Plano de Saúde	6.683,85	7.736,44
Eventuais/Anúncios	29.089,17	12.456,50
Total Outras Receitas	53.273,02	69.492,94
Financeiras	126.942,03	48.424,41
Total Receitas Operacionais	1.916.818,81	1.687.490,60

7 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A seguir, composição das Despesas Administrativas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
Despesas Administrativas	(193.264,99)	(178.904,35)
Despesas com Associados	(605.984,48)	(561.182,87)
Despesas da Diretoria	(79.577,12)	(70.309,72)
Despesas com Terceirização	(397.799,52)	(242.539,33)
Despesas com Arrecadação		
Contribuições	(31.078,21)	(17.523,69)
Total Despesas Administrativas	(1.307.704,32)	(1.070.459,96)

8 – PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As demandas judiciais da Entidade são acompanhadas por consultores jurídicos especializados. Não houve montante considerado provável de perda por estes consultores jurídicos.

9 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade contrata apólices de seguros adequadas visando a cobertura de diversos riscos a qual está exposta. A apólice de seguro do edifício no qual a Entidade tem sua Sede é feita pelo condomínio, atualmente com vigência até 19 de setembro de 2015, pela Vila Velha Corretora de Seguros, com número 5177201449160019128-Alianz.

10 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes durante prazos prescricionais, de acordo com legislação aplicável em vigor.

11 – RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS-FINANCEIRAS

O Sindicato apresenta através deste Relatório o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

12 – CONCLUSÃO

As Demonstrações Contábeis elaboradas sob responsabilidade da Administração foram concluídas em 13/03/2015 e apresentadas à Diretoria em 17/03/2015. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 17/03/2015.

*** **